

Sobre o fetichismo da mercadoria como base da mistificação da origem da riqueza

Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF)¹

Resumo: O objetivo é fazer apontamentos acerca da relação entre o fetichismo da mercadoria, tratado no capítulo 1 do Livro I de *O Capital*, e a mistificação da origem da riqueza, tratada em maior detalhe na última seção do Livro III, intitulada *Os Rendimentos e Suas Fontes*. A ideia que buscaremos sustentar ao longo do artigo é que a contradição entre valor e valor-de-uso é base do fetichismo da mercadoria que, por sua vez, é exacerbado em sua lógica e leva também à mistificação da origem da riqueza.

Palavras-chave: fetichismo da mercadoria; mistificação; aparência; essência.

Abstract: The aim of this paper is to make appointments about the relation between fetishism of commodities, which is described in the Chapter 1 of the Volume I of *Capital*, and the mystification of the wealth's origin, which is more described in the last part of the last Volume, titled *Revenues and their Sources*. The hypothesis which this article will make defense is that the contradiction between value and value in use is the base of fetishism of commodities, which, in its turn, is developed in its logic and creates also the mystification of wealth's origin.

Keywords: fetishism of commodities; mystification; appearance; essence.

Área ANPEC: Área 1 - Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

JEL: B14 - Socialist; Marxist

¹ Doutorando em economia da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa *Teoria Social e Crítica Ontológica* (UFF). E-mail: rodrigodelpupo@gmail.com

Sobre o fetichismo da mercadoria como base da mistificação da origem da riqueza

Introdução

Uma leitura atenta de *O Capital* mostra que há uma sequência na análise esboçada ao longo dos três livros, havendo um desdobramento lógico de categorias que parte do capítulo 1 do Livro I, no qual se descobre a contradição entre valor e valor-de-uso, base do fetichismo da mercadoria, e culmina na última seção do Livro III com o processo de mistificação da origem da riqueza.

O objetivo desse trabalho é traçar algumas notas para relacionar a categoria de fetichismo com o fenômeno da mistificação, o que servirá de base para fazer alguns apontamentos a respeito i) do processo de desdobramento lógico de categorias em *O Capital* e ii) a respeito das importâncias relativas do caráter *objetivo* das relações de produção capitalistas e do tipo de *subjetividade* adequada a essas relações. Em outras palavras, o objetivo é fazer algumas considerações a respeito da relação entre o objeto de estudo em *O Capital* e o método adequado a esse objeto, bem como tratar da dualidade entre objetividade e subjetividade na reprodução das relações de produção.

Com esse objetivo, o presente artigo foi dividido em quatro seções. Na primeira são feitas algumas considerações a respeito da ideia de essência e aparência e, por conseguinte, do papel da esfera subjetiva na reprodução das estruturas sociais. Na segunda busca-se, por um lado, sustentar que a contradição entre valor e valor-de-uso é a base do fetichismo da mercadoria e, por outro, apontar a base real desse processo que gera uma falsa aparência da forma de sociabilidade contida no modo de produção capitalista. Na terceira seção o objetivo é sustentar que a noção de mistificação também tem por base a contradição entre valor e valor-de-uso, além de apontar em que sentido essa ideia é usada por Marx e por meio de que processo básico a realidade se apresenta de forma mistificada. Como se pretende sustentar neste artigo que o processo de mistificação perpassa todos os livros de *O Capital*, serão discutidos os momentos básicos do desvelamento da mistificação do real nos livros I e II, o que será feito ainda na seção 3 deste artigo, e do desvelamento da mistificação que se processa no Livro III, que merecerá seção à parte, a seção 4. Após essa última seção serão feitas algumas considerações finais.

1. Considerações sobre essência e aparência e o papel da subjetividade na reprodução das estruturas sociais

Antes de tratarmos do papel da subjetividade nas noções de fetichismo e mistificação, é importante deixar claro o que entendemos por relação entre aparência e essência. Grosso modo a aparência é entendida, como buscaremos fundamentar melhor mais à frente, como a forma de manifestação de determinado objeto, forma que pode ou não o revelá-lo de imediato. Nesse sentido, devem-se fazer três considerações. Primeiro, como a existência dos objetos da natureza independe de uma forma de manifestação compatível com sua essência, essa diferença entre essência e aparência se aplica tanto ao mundo social quanto ao mundo natural. Só para citar dois exemplos: nem a água precisa manifestar de imediato sua composição química e nem o vulcanismo precisa

revelar de imediato suas causas. Não é por acaso que Marx afirma, quando critica a mera sistematização, por parte da Economia Vulgar, das concepções econômicas cotidianas, baseadas na mera aparência do processo de produção, que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente. (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 271)²” Aplicando esse raciocínio para os nossos dois exemplos acima, é essa não-necessária coincidência entre aparência e essência que fez emergir, respectivamente, as ciências da química e da geologia.

Sobre isso é importante destacar que, pelo menos no que diz respeito ao mundo natural, não há na natureza dos objetos do mundo a necessidade de manifestação de qualquer tipo para que a sua existência seja assegurada. Em outros termos, a existência dos objetos do mundo está assegurada independentemente de eles se manifestarem ou não, e independentemente de se manifestarem de forma a apresentar claramente o que são, sua essência.

Em segundo lugar, como há uma não-necessária coincidência entre aparência e essência, a aparência não é necessariamente enganosa; se ela o é ou não, depende do objeto colocado sob análise. E, em terceiro lugar, se a aparência de determinado objeto for enganosa, esse caráter falso da forma de manifestação tem por base o próprio objeto, não havendo necessidade de erro do observador para que se consume enquanto tal. Em outras palavras, a falsa aparência não é uma questão de erro na apreensão *subjetiva*, mas forma *objetiva* de manifestação que decorre necessariamente da própria natureza do objeto.

Explicitado que a diferença entre aparência e essência vale tanto para o mundo social quanto para o natural, que a aparência não é necessariamente enganosa para qualquer objeto e que a falsa aparência tem uma base objetiva, desceremos no nível de análise para tratar, primeiro, da especificidade que a dicotomia entre aparência e essência gera no mundo social em específico para, então, tratar do processo de mistificação da origem da riqueza.

Na sociedade, a dicotomia entre essência e aparência tem uma implicação específica. Se com relação aos fenômenos da natureza em geral uma apreensão equivocada não implica nenhuma modificação da natureza em si, o mesmo não se pode dizer da sociedade: tendo como pressuposto de sua reprodução o agir finalístico dos indivíduos, e sendo esses agires guiados por uma determinada apreensão da realidade, o mundo social tem como pressuposto uma compreensão do mundo por parte dos indivíduos que os movimenta na direção de reproduzir aquelas determinadas estruturas sociais³. O movimento da Terra em relação ao Sol é o mesmo independentemente de as pessoas acreditarem que a Terra gira em torno do Sol ou que o Sol gira em torno da Terra. Mas a existência *social* de Deus, por exemplo, independentemente de sua existência em outro plano, é pressuposto da prática religiosa. Esse último exemplo, bastante famoso, é dado pelo próprio Marx em sua tese de doutorado:

² Citaremos extensivamente os três livros de O Capital, o que pode gerar confusão na hora de identificar a qual livro a citação se refere. Para facilitar a consulta, logo após indicarmos autor e data citaremos também o livro e o tomo de onde a citação foi tirada, o que evitará as constantes consultas à seção de “referências”. Quando o mesmo livro e tomo for citado mais de uma vez e em sequência, colocaremos “ibid” na referência apenas para autor e data, mantendo a indicação do livro e do tomo.

³ Esse caráter de interdependência entre as práticas dos indivíduos e a reprodução das estruturas sociais é bem trabalhado por Bhaskar (1998). Faremos outras referências a esse autor mais à frente.

‘O que eu represento realmente (*realiter*) é uma representação real para mim’, atua sobre mim; e, nesse sentido, *todos os deuses* – pagãos ou cristãos – possuíram uma existência real. O antigo Moloch não exerceu uma dominação? O Apoio délfico não era uma potência real na vida dos gregos? [...] Se alguém acredita possuir 100 táleres, se essa não é para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se ele acredita nela, então os 100 táleres imaginados têm para ele o mesmo valor de 100 táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse seu dado imaginário, o qual terá uma *ação efetiva: foi assim, de resto, que toda a humanidade contraiu dívidas contando com seus deuses.* (MARX, apud LUKÁCS, 1979, p. 13)

Na interpretação de Lukács, Marx busca deixar claro nessa passagem que determinada ideia que influencie o agir dos indivíduos, mesmo sendo falsa, possui efetividade social e, portanto, tem uma determinada forma real de existência, não podendo ser descartada como mero erro de compreensão do mundo. A partir disso, pode-se afirmar que se a apreensão do mundo por parte dos indivíduos tem reflexos sobre a sua prática e, por conseguinte, essas ideias têm a capacidade de criar determinadas formas de ser, pode-se afirmar também que a falsa aparência de dado objeto social faz com que os indivíduos se portem perante o mesmo de modo diferente do que fariam caso estivessem diante da própria essência do objeto; e, dado que a existência dos objetos sociais depende do agir dos indivíduos, pode-se dizer que a compreensão falsa do objeto retroage sobre o mesmo de alguma forma. Em suma, pode-se dizer que existe uma relação de interdependência entre objetos sociais e a compreensão que se tem deles.

Saindo do campo da religião e voltando para o campo da crítica da economia política, o que pretendemos sustentar é que a relação interdependente entre essência e aparência dos objetos sociais está no cerne das noções de fetichismo e de mistificação. Apenas para citar um exemplo referente ao nosso tema, a mais-valia se apresenta sob formas *mistificadas*, como o lucro. E não poderia ser diferente, pois se a mesma se apresentasse tal como é, como trabalho não-pago, a sua base de existência não estaria assegurada. Em outras palavras, o lucro é uma das formas *necessárias* de manifestação da mais-valia: não só o lucro (aparência) depende da mais-valia (essência) para existir, mas o oposto também é verdadeiro, isto é, a mais-valia (essência) depende, para existir, de uma forma dissimulada de manifestação. Para citar outro exemplo, podemos comentar também a forma salário: o salário é visto como o pagamento pelo dia de trabalho e tem que se apresentar como tal. Numa realidade em que as trocas são trocas de equivalente, na cabeça dos trabalhadores deve estar a ideia de que recebem o equivalente pela mercadoria que fornecem. Desse modo, a categoria valor da força de trabalho só existe se existe a forma fenomênica salário, isto é, só é possível se pagar o necessário à reprodução da força de trabalho se esse pagamento se apresenta como o equivalente do trabalho fornecido. Em suma, lucro e salário não são apenas formas dissimulas de manifestação da mais-valia e do valor da força de trabalho; são também suas formas *necessárias*. Lucro e salário dependem, para existir, da existência da mais-valia e do valor da força de trabalho; mas o oposto também é verdadeiro: a mais-valia e o valor da força de trabalho dependem da existência de lucro e salário. É essa relação interdependente entre falsas ideias e estruturas sociais que parece ser a base da ideia de mistificação e fetichismo presente em *O Capital*.

Em suma, enquanto a existência dos objetos do mundo natural não tem como pressuposto formas falsas de aparência, sendo a aparência uma manifestação acidental desses dados objetos, no mundo social as formas falsas de aparência sempre guardam relação com determinadas estruturas sociais. O caráter *necessário* das falsas ideias

advém de uma relação interdependente entre as ideias e as estruturas sociais que elas representam: as ideias só existem se existem as estruturas, mas o oposto também é verdadeiro. Fazendo uma apropriação dos termos do *Realismo Crítico*⁴, o mundo natural apresenta uma relação entre essência e aparência que é *assimétrica*, pois a aparência depende de uma essência que a gere, ao passo que a essência independe de suas formas de manifestação; o mundo social, por outro lado, apresenta uma relação entre a essência e a aparência que é *simétrica*, visto que existe uma interdependência existencial e uma dupla direção de causalidade entre as duas.

Feitas essas considerações a respeito da relação entre essência e aparência no mundo social, podemos finalmente partir para a análise do papel da aparência e da subjetividade no *fetichismo da mercadoria* e no processo de *mistificação* da origem da riqueza. Começaremos, na próxima seção, pela análise do fetichismo e de sua relação com a contradição entre valor e valor-de-uso.

2. O Fetichismo da mercadoria

No capítulo 1 de *O Capital*, Marx trabalha exaustivamente a contradição entre valor e valor-de-uso e chega àquilo que chama de *fetichismo da mercadoria*. Sobre esse processo, pretende-se agora retomar alguns dos seus principais pontos para, adiante, sustentar a ideia de que a mistificação da origem da riqueza tem como base essa contradição básica da mercadoria.

Como sinalizado nos primeiros capítulos de *O Capital*, a generalização do processo de troca faz com que apareça uma contradição entre o caráter particular do valor-de-uso da mercadoria e a necessidade de sua comparação com as demais mercadorias no processo de troca. E, apesar de o valor entrar em contradição com a particularidade dos valores de uso, não pode eliminar essa particularidade visto que ela é pressuposto da troca. Afinal, valores de uso iguais não se trocam. É por isso que em uma sociedade mercantil a contradição entre valor e valor-de-uso é ineliminável.

Essa contradição, com o avanço da economia mercantil, leva ao desenvolvimento da forma do valor. Isso porque à medida que o volume de trocas vai aumentando e adquirindo maior importância na sociedade, o caráter particular do valor-de-uso se coloca como um empecilho cada vez maior à troca, isto é, se contrapõe com mais violência ao valor, o que exige que esse último possua uma expressão cada vez mais separada dos valores de uso. É a contradição entre valor e valor-de-uso que fez com que a *forma simples do valor*, na qual uma mercadoria específica possui uma permutabilidade direta apenas com uma outra mercadoria específica, se tornasse insuficiente quando as trocas adquiriram maior importância. Todavia, como lembra Marx, “o problema surge simultaneamente com os meios de sua solução” (2003, Livro I, Tomo I, p. 113). A *forma total ou extensiva do valor* supera essa dificuldade na medida em que o valor da mercadoria passa a ser representado numa série de outras mercadorias, o que implica que perde importância o valor-de-uso específico no qual se manifesta. Mas, de acordo com o autor, a continuidade do desenvolvimento do caráter mercantil da sociedade torna insuficiente também essa forma, pois: “Primeiro, a

⁴ O *Realismo Crítico* é uma corrente da filosofia da ciência que tem como um de seus principais expoentes o filósofo britânico Roy Bhaskar. Os termos que serão utilizados em seguida estão presentes em Bhaskar (1998).

expressão do valor fica incompleta, por nunca terminar a séria que a representa. [...] Segundo, é um mosaico multifacetado de expressões de valor díspares, desconexas. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 86)” A insuficiência dessa forma exige que uma única mercadoria sirva de referência para o valor de todas as outras, caracterizando a *forma geral do valor*. Essa é, segundo Marx, “a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores de troca.” (ibid., Livro I, Tomo I, p. 88)

A forma geral do valor tem uma diferença qualitativa importante com relação às duas formas antecedentes:

As duas formas anteriores expressam o valor de cada mercadoria isolada, seja numa única mercadoria de espécie diversa, seja numa série de mercadorias diferentes. Em ambos os casos, assumir uma forma de valor é, por assim dizer, negócio privado de cada mercadoria, onde não há participação das outras [...]. *A forma geral do valor, ao contrário, surge como obra comum do mundo das mercadorias. [...] Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a “existência social” delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida.* (ibid., Livro I, Tomo I, p. 88, *itálicos adicionados*)

O valor, ao mesmo tempo em que se separa dos valores de uso particulares, passando a se expressar em uma mercadoria específica, se alça ao patamar de articulador dos diferentes produtos do trabalho, ao papel de fundador de uma forma de sociabilidade fundada na relação entre as mercadorias. A forma do valor deixa de estar restrita a cada troca específica e passa se colocar como o elemento articulador das trocas. De elemento subordinado a outros tipos de relações sociais, passa a elemento ativo e criador de relações.

A *forma dinheiro do valor*, que sucede a forma geral, só se diferencia da anterior pelo fato de o ouro passar a ser a mercadoria que assume o papel de equivalente geral. Na passagem seguinte, Marx resume o processo, gerado pela contradição entre valor e valor-de-uso, de desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro:

O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição, latente na natureza das mercadorias, entre valor-de-uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro. (ibid., Livro I, Tomo I, pp. 111-112)

Nessa forma, a contradição entre valor e valor-de-uso, apesar de não se resolver, cria o meio pelo qual pode se mover⁵: o dinheiro, sendo a mercadoria que tem como seu valor-de-uso específico⁶ a função de servir de equivalente geral da riqueza, dá uma forma

⁵ “A diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem se mover. (ibid., p. 131)”

⁶ Em outras palavras, o seu valor-de-uso *formal*: “É duplo o valor-de-uso da mercadoria dinheiro. Além de possuir o valor-de-uso inerente a sua qualidade de mercadoria – o ouro, por exemplo, serve para obturar dentes, de matéria-prima para artigos de luxo etc. –, adquire um valor-de-uso formal que decorre de sua função social específica. (ibid., p. 114)”

autônoma ao valor e, portanto, o liberta das restrições colocadas pelo caráter particular dos valores de uso.

Tendo em vista a forma mais evoluída do valor, a forma dinheiro, é possível observar dois resultados atingidos nesse processo de desenvolvimento: primeiro, o valor ganha expressão autônoma em relação ao valor-de-uso; e, segundo, o valor passa a ser o articulador das relações sociais de produção. Atentemos a esse segundo ponto, pois é ele que serve de base para aquilo que Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*.

A mercadoria, simples produto do trabalho, possui o caráter misterioso de se relacionar por si mesma com as demais mercadorias:

[...] logo que [a mesa, por exemplo,] se revela mercadoria, transforma-se ao mesmo tempo em algo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as ideias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, *os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais*, [...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] *Chamo a isso de fetichismo*, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (ibid., Livro I, Tomo I, pp. 93-94, *itálicos adicionados*)

Nessa passagem fica clara a relação entre o fetichismo e a forma dinheiro do valor, na qual as mercadorias se relacionam entre si e o valor passa a ter um papel de criador de relações. Desse modo, o fetichismo, em última instância, é resultado da contradição entre valor e valor-de-uso: é essa contradição que leva ao desenvolvimento da forma do valor até o nível em que ele se expressa numa forma autônoma em relação ao valor-de-uso e passa a articular as relações entre as mercadorias.

Destacada essa relação entre o fetichismo e a contradição entre valor e valor-de-uso, é necessário agora destacar um elemento presente na análise de Marx, que é o da relação entre o aspecto objetivo e subjetivo do processo. O fetichismo da mercadoria possui pelo menos três características essenciais: é o processo por meio do qual a riqueza, que é por essência social e se produz numa forma específica de organização social, i) se expressa nas coisas; ii) se apresenta como se fosse propriedade das próprias coisas, o que combinado com i) leva à *reificação* das relações sociais; e iii) gera um movimento das trocas que é organizado pelo próprio valor e não por indivíduos conscientes dessa relação. Esses pontos estão sintetizados no seguinte trecho da passagem citada acima, na qual o aspecto subjetivo é colocado no cerne do que Marx chama de fetichismo: “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.”

Mas, apesar de a riqueza ser expressa nas coisas, o que confere o seu caráter *objetivo*, e se apresentar como propriedade das coisas, o que confere o seu efeito *subjetivo*, é necessário fazer algumas considerações a respeito da relação social em si e de sua forma de manifestação. Buscando as causas do caráter misterioso da mercadoria, isto é, a base

real desse caráter misterioso, Marx afirma que a própria relação real é uma relação entre coisas, sendo a sua apreensão subjetiva uma apreensão das relações tais como se processam. Nas palavras do autor,

[...] os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, *as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas*, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 95)

Marx afirma isso (que essas relações aparecem tais como são) apesar de as relações sociais serem, em última instância, relações entre indivíduos, o que deixou claro na passagem anterior: “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, *assume a forma* fantasmagórica de uma relação entre coisas. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 94, *itálicos adicionados*) ” Isso ocorre porque essas relações só assumem o caráter de relações sociais porque *mediadas* pelas coisas, porque as mercadorias, ao se colocarem frente a frente no mercado, articulam por si mesmas as trocas e os produtores. Em outras palavras, a forma de sociabilidade baseada no mercado não é fundada de modo consciente: é o desenvolvimento das trocas e, portanto, da dimensão do valor, que articula cada vez mais os produtores individuais e os coloca, por meio de uma crescente divisão do trabalho, em uma relação de interdependência cada vez mais profunda, fundando uma forma nova de sociabilidade. Essa é a base real do caráter misterioso da mercadoria, isto é, o fundamento *objetivo* do fetichismo. Pensando em termos de essência e aparência, uma relação social (essência), por ser *mediada* por coisas, aparece de *imediato* como propriedade de coisas, gerando o fenômeno da *reificação*; e essa relação reificada, tendo um caráter de articulador das trocas, gera também um domínio sobre os indivíduos, caracterizando o *fetichismo*. Desse modo, fica explicado porque a sociedade mercantil possui uma aparência que dissimula a sua essência.

Explicitado que a contradição entre valor e valor-de-uso leva ao fetichismo da mercadoria, isto é, a uma reificação das relações sociais, que passam, por conseguinte, a se desenvolver independentemente da vontade dos indivíduos, pode-se então passar para a análise do fenômeno de mistificação da origem da riqueza. Como defenderemos na próxima seção, a mistificação dos aspectos básicos da essência do modo de produção capitalista tem como base esse auto-movimento de relações sociais reificadas, característico do fetichismo, que dominando a mercadoria domina a produção de riqueza como um todo.

3. Sobre a noção de mistificação

A noção de mistificação aparece principalmente no Livro III de O Capital, particularmente na seção Os Rendimentos e Suas Fontes, e é empregada para nomear o processo por meio do qual a riqueza se apresenta aos indivíduos sob uma forma distorcida. A mais-valia, por exemplo, produto do trabalho humano, se apresenta sob a forma mistificada de lucro, na qual o vínculo imediato não é o trabalho, mas sim o capital. Já o valor da força de trabalho, que indica a parcela do produto do trabalho que deve ser utilizada para reproduzir a própria força de trabalho, se apresenta sob a forma mistificada de salário, remuneração pelo trabalho que foi fornecido.

Nossas considerações a respeito da noção de mistificação se estruturarão em dois eixos, trabalhados simultaneamente: i) sinalizar o tipo de relação entre essência e aparência que está presente na mistificação e ii) traçar o caminho que começa na contradição entre valor e valor-de-uso, passa pelo fetichismo da mercadoria e termina com o processo de mistificação.

No capítulo 48 do Livro III de *O Capital*, primeiro capítulo da seção Os Rendimentos e Suas Fontes, encontra-se um pequeno trecho que serve de resumo do trajeto percorrido por Marx para desvelar a mistificação na qual estão envoltas as categorias econômicas. Tomaremos esse trecho como base para nossas considerações de a partir de agora.

No começo do trecho a seguir, Marx aponta a conexão entre *reificação* e *mistificação* e, num segundo passo, aponta a relação que faz com que haja uma progressiva mistificação da realidade. Nas palavras do autor:

Ao examinar as categorias mais simples do modo de produção capitalista e mesmo da produção de mercadorias, ao examinar a mercadoria e o dinheiro, já demonstramos o caráter *mistificador* que transforma as relações sociais, a que os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, em propriedades dessas próprias coisas (mercadorias) e, de modo ainda mais explícito, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 277-278, *itálicos adicionados*)

Nesse trecho, Marx faz uma conexão clara entre a ideia de mistificação, que trabalha mais detidamente na seção Os Rendimentos e Suas Fontes, e o fetichismo da mercadoria, que emerge da contradição entre valor e valor-de-uso. Como já apontamos, a contradição entre valor e valor-de-uso gera uma expressão autônoma do valor, o dinheiro, o que ocorre num nível de desenvolvimento das relações mercantis em que o valor se alça à categoria de articulador das trocas e fundador de novos tipos de relação. Assim, como para os produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 2003, Livro I, Tomo I, p. 95)”, emerge um caráter *reificado* das relações, isto é, as relações sociais passam a ser mediadas pelas coisas e, por isso, aparecem imediatamente como propriedades das coisas. É essa aparência, gerada pela contradição entre valor e valor-de-uso, que serve de base ao processo de mistificação delineado em *O Capital*.

Nessa passagem está explícito inclusive que o próprio fetichismo possui um caráter mistificador, pois a mistificação está no fato de as relações sociais aparecerem como propriedades das coisas. Como buscaremos fundamentar com as passagens seguintes, o caráter reificador do fetichismo é a base do processo de mistificação, analisado ao longo dos três livros de *O Capital*. Logo abaixo Marx já sinaliza nesse sentido, quando retoma o caminho tomado desde o início do Livro I para desvelar o processo de mistificação do real:

Considerando-se inicialmente o capital no processo de produção imediato – como sugadouro de mais-trabalho, então essa relação é ainda muito simples e o nexo interno real se impõe aos portadores desse processo, aos próprios capitalistas e está em sua consciência. A violenta luta em torno dos limites da jornada de trabalho demonstra isso de modo contundente. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Mas, ainda na esfera da produção (Livro I), há mecanismos que obscurecem esse processo de fundo:

Mas mesmo dentro dessa esfera não mediada, na esfera desse processo imediato entre trabalho e capital, isso não fica tão simples. Com o desenvolvimento da mais-valia relativa no autêntico modo de produção especificamente capitalista, com que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, essas forças produtivas e as conexões sociais do trabalho aparecem no processo imediato de trabalho como deslocadas do trabalho para o capital. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Aqui ele aponta o processo decorrente da busca de mais-valia extra: os vários capitalistas, buscando um maior lucro, tendem a buscar um aumento de produtividade para produzir a um custo inferior ao dos concorrentes. No entanto, como todos os capitalistas são compelidos a esse processo por causa da concorrência, sucede uma queda dos custos de todos os produtores quando essa nova técnica de redução de custos se dissemina, o que reduz o valor unitário das mercadorias e acaba com a mais-valia extra. Mas o processo de busca de mais-valia extra, atuando também sobre o setor que produz os meios de subsistência dos trabalhadores, faz cair o valor da força de trabalho, tornando possível aumentar a parcela destinada à mais-valia. Desse modo, ao processo consciente de busca de mais-valia extra está associado um processo inconsciente de obtenção de mais-valia relativa, o que é a *base real* da mistificação dessa última.

Em última instância, contudo, é o caráter reificado das relações de produção que gera a mistificação: o fetichismo é, com o seu caráter automovente de relações sociais reificadas, a base do valor que se valoriza, o capital, que por sua vez é o articulador do processo de produção. Como esse último subordina as forças produtivas e domina o processo de produção, faz os ganhos de produtividade aparecerem de imediato como consequência dele. Em suma, o incremento das forças produtivas do trabalho aparece como sendo resultado do incremento da força produtiva de uma coisa, o *capital*.

Mas, além do processo de produção imediato, entra em cena o processo de circulação, objeto do Livro II, que implica novas determinações reificantes no processo:

Intervém então o processo de circulação, que, em suas mudanças de matéria e de forma, recai no mesmo grau sobre todas as partes do capital, mesmo do capital agrícola, em que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista. Esta é uma esfera em que *as relações da produção original de valor passam para o segundo plano*. [...] E tanto a restituição dos valores adiantados na produção quanto especialmente a mais-valia contida nas mercadorias parecem não apenas se realizar na circulação, mas se originar dela, *ilusão* consolidada especialmente por duas circunstâncias: primeiro, o lucro na venda, que depende de trapaça, astúcia, experiência, habilidade e mil conjunturas de mercado; há, porém, a circunstância de que aqui, ao lado do *tempo de trabalho*, entra um segundo elemento determinante: o *tempo de circulação*. É bem verdade que este só atua como obstáculo negativo na formação de valor e de mais-valia, mas tem a *aparência* de ser uma causa tão positiva quanto o próprio trabalho e de trazer uma determinação proveniente da natureza do capital e independente do trabalho. (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 278, *itálicos adicionados*)

Aqui a base real da mistificação é que, sendo a circulação um pressuposto da realização da produção, essa esfera acaba por exercer determinações sobre a apropriação de mais-valia, fazendo com que parte da riqueza se apresente como sendo proveniente da própria circulação. Em outras palavras, é a dominação da circulação por uma coisa, o capital, que faz com que essa esfera se apresente como autônoma em relação à produção de riqueza.

No Livro III de *O Capital* Marx busca analisar o processo global da produção capitalista, entendido como unidade entre processo de produção e circulação (temas dos

Livros I e II, respectivamente). Essa unidade já é demonstrada na Seção III do Livro II, onde se aponta a possibilidade de abandonar os níveis de abstração adotados no estudo separado de produção e circulação. Feito isso, o que se impõe como tarefa no Livro III é o retorno progressivo ao mundo dos fenômenos, dando inteligibilidade às várias formas de manifestação do processo de produção. Segundo Marx, o objetivo é

encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (MARX, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 23)

Podemos dizer que, por essas características, o Livro III é onde a ideia de mistificação aparece de forma mais clara. A seguir, começaremos a tratar das seções mais importantes do Livro III no que diz respeito à ideia de mistificação. A Seção I trata do processo por meio do qual a mais-valia se apresenta sob a forma de lucro. A Seção II, do processo no qual o lucro se transforma em lucro médio e, desse modo, do processo por meio do qual o lucro de determinado capital aparece como uma riqueza atribuída não ao mais-trabalho que consegue extorquir, mas ao próprio tamanho desse capital. A Seção IV trata do processo de autonomização das formas funcionais do capital, que apaga os nexos de determinadas formas do capital com a produção. A Seção V, do processo por meio do qual o capital vira mercadoria e aparece a forma juro, forma mistificada da mais-valia. E, por fim, a Seção VII, onde se busca desvelar a mistificação envolvida nas formas de aparecer da riqueza produzida (salário, renda e juro).

4. O Livro III de *O Capital* e a noção de mistificação

4.1 A transformação da mais-valia em lucro

Na primeira seção do livro o que Marx busca explicar é o processo por meio do qual a riqueza excedente produzida não se mostra de imediato como tendo origem no trabalho (tal como identificado no Livro I), tendo a aparência de provir também de outras fontes. Já no Livro I, todos os componentes do processo de produção são componentes do processo de produção de valor e estão subordinados à lógica do capital. O trabalho, estando sob a forma de capital variável e tendo como valor-de-uso produzir valor, faz com que a mais-valia, fruto da diferença entre o valor novo produzido pelo trabalho e o valor recebido pelos trabalhadores, seja *mistificada*: o lucro, forma transmutada da mais-valia, é fruto do capital total adiantado, do qual o trabalho é apenas uma parte (capital variável). Como os componentes do processo de produção se indiferenciam como capital, a mais-valia parece provir de todo o capital adiantado e, portanto, aparece como lucro do capital.

No total de capital despendido só se faz valer uma diferença: entre *capital fixo* e *capital circulante*. Em termos gerais, capital circulante é aquele que entra completamente em um mesmo processo de produção, como por exemplo as matérias-primas e matérias auxiliares; o capital fixo é aquele que participa de mais de um processo de produção,

como os meios de trabalho (máquinas, ferramentas)⁷. O trabalho, estando sob a forma de capital (capital variável) e dada a sua característica de ser fornecido dentro de um mesmo processo produtivo, se iguala às matérias-primas, aparecendo junto com elas sob a forma de capital circulante:

Essa diferença entre capital fixo e capital circulante em relação ao cálculo do preço de custo só comprova, portanto, o surgimento aparente do preço de custo a partir do valor-capital despendido ou do preço que os elementos de produção despendidos, inclusive o trabalho, custam ao próprio capitalista. Por outro lado, a parte variável de capital, desembolsada em força de trabalho, é identificada aqui expressamente, com referência à formação do valor e sob a rubrica de capital circulante, com o capital constante (a parte de capital consistente em materiais de produção), consumando-se assim a mistificação do processo de valorização do capital (MARX, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 28).

Enquanto o *valor* de uma mercadoria é a soma do capital constante, capital variável e mais-valia, o *preço de custo* é a soma de capital fixo e capital circulante, ao qual se agrega o lucro. A riqueza, que em *essência* é composta de trabalho vivo e trabalho morto, sendo a mais-valia um excedente de trabalho vivo, na *aparência* é composta de capital em forma fixa e circulante, sendo o lucro um produto dessas duas partes do capital. O poder de gerar riqueza é deslocado do trabalho para o capital e, desse modo, a mais-valia transforma-se em lucro: de produto do trabalho em produto do capital.

No que, inicialmente, tange ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor, que consistem em meios de produção e em trabalho. Pois esses elementos entram por igual na formação do preço de custo. Eles agregam por igual seus valores disponíveis como adiantamentos de capital ao valor-produto e não se diferenciam como grandezas de valor constante e variável. (ibid, Livro III, Tomo I, pp. 28-29)

E o tamanho desse excedente depende da circulação, fazendo com que a mercadoria possa ser vendida abaixo do seu valor e ainda assim com lucro. O capitalista, desse modo, tende a considerar o preço de custo como o preço mínimo de venda, preço pelo qual ele ao menos recupera o capital adiantado, e o lucro aparece como um simples excedente sobre o preço de custo, e não como trabalho não-pago.

O excedente de valor, ou mais-valia, realizado por ocasião da venda da mercadoria aparece, por isso, ao capitalista como excedente de seu preço de venda sobre seu valor, ao invés de como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que a mais-valia contida na mercadoria não se realiza pela venda desta, mas se origina da própria venda. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 30)

Desse modo, “para o capitalista individual, a mais-valia realizada por ele mesmo depende tanto da luta recíproca por vantagens quanto da exploração direta do trabalho. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 34)” E a própria taxa de lucro se distingue da taxa de mais-valia: enquanto essa última se refere à proporção entre o trabalho pago e o não-pago, a categoria aparental de lucro se refere à proporção entre o excedente e o total de capital despendido. E é a taxa de lucro o indicador, para o capitalista, da rentabilidade do capital, pois é ela a categoria se manifesta aos agentes do processo de produção. Assim, “pelo fato de que todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro), a relação-capital é mistificada (ibid, Livro III, Tomo I, 35).”

⁷ Para mais informações, ver *O Capital*, Livro II, Seção II, capítulo 8 (Capital Fixo e Capital Circulante), em Marx (1984).

Marx, no capítulo 2 do Livro III, oferece um resumo da mistificação engendrada pela transformação da mais-valia em lucro:

Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, *o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto. Que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação, isso está na consciência. Mas como isso ocorre, está mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele (ibid, Livro III, Tomo I, pp. 37-38).

4.2 A transformação do lucro em lucro médio

Um novo mecanismo da mistificação é gerado com *a transformação do lucro em lucro médio*, tema da Seção II do Livro III. O problema fundamental dessa seção é mostrar o processo por meio do qual o valor excedente, que é trabalho não-pago, aparece para cada capital individual como um percentual do volume de capital. Isto é, o problema a resolver é como capitais de igual grandeza, mas que possuem composições diferentes de capital variável (o elemento que gera valor), recebem em média o mesmo lucro.

Aqui Marx apresenta uma nova determinação do processo de circulação sobre a apropriação da riqueza produzida: a concorrência, que iguala a taxa de lucro de setores com diferentes composições orgânicas. Explicaremos brevemente esse processo.

Os capitais buscam aumentar o lucro do qual se apropriam. Assim, se determinado setor tem um nível de lucratividade acima da média, capitais tendem a migrar para esse setor para se apropriar desse lucro excedente. À medida que novos capitais entram no setor, a concorrência dentro dele aumenta e, como tendência, a sua lucratividade reduz-se à lucratividade média. Desse modo, setores com menor composição orgânica, isto é, que empregam proporcionalmente mais-trabalho e, portanto, têm maior taxa de mais-valia, não podem se apropriar de um lucro equivalente a essa mais-valia. Se por algum motivo isso chegasse a ocorrer, capitais migrariam de outros setores para se apropriar desse lucro mais elevado e, como tendência, levariam à queda desse lucro à média. A concorrência é, então, um mecanismo de mediação por meio do qual a riqueza apropriada por determinado capital não é a riqueza que ele produz, mas uma cota da mais-valia global produzida. Ela é um processo inconsciente de repartição dos ganhos obtidos pela atuação em conjunto dos diversos capitais.

A diferença entre mais-valia e lucro, já apontada na Seção I do Livro III, ganha na Seção II uma nova dimensão. Nessa seção já se aponta que a mais-valia é uma categoria da *produção* de riqueza e, como tal, reflete a proporção entre trabalho pago e não-pago, enquanto o lucro é uma categoria da *apropriação* de riqueza, referindo-se à quantidade de riqueza que é possível apropriar com o emprego de determinado capital. Enquanto a mais-valia se refere diretamente ao trabalho, o lucro se refere diretamente ao próprio capital. E, no modo de produção capitalista, a referência tem de ser o lucro: o que interessa ao capital é se valorizar, se expandir, e isso não depende de quanto ele produz, mas de quanto ele se apropria. Assim, dado capital busca se apropriar de, no mínimo, a taxa de lucro média, e não da mais-valia que ele mesmo produz.

Se na Seção I do Livro III o lucro já não está diretamente ligado à mais-valia, aparecendo como fruto do capital total despendido (preço de custo), na Seção II a

distância com relação à mais-valia se amplia ainda mais: o lucro, além de se referir ao montante de capital despendido, é balizado por uma taxa média, que independe da atividade na qual o capital está empregado. A referência do empresário para julgar o sucesso ou fracasso em determinada empreitada não é a mais-valia produzida pelo capital empregado, mas a taxa média de lucro: o seu sucesso será tanto maior quanto maior for o lucro em relação ao lucro médio, e o fracasso tanto maior quanto mais baixo for o lucro em relação à média.

4.3 Seção IV do Livro III: o processo de autonomização das formas funcionais do capital

O capital, para realizar a mais-valia produzida, deve passar pelo processo de circulação. E, como discutido na seção 4 (a respeito do Livro II), o capital deve assumir três formas: a de capital produtivo (empregado no processo imediato de produção), a de capital-mercadoria e a de capital-dinheiro. O processo de produção, portanto, pressupõe capital empregado não apenas na esfera diretamente produtiva, mas também na forma de tesouro (dinheiro) e na forma de mercadoria.

As formas de dinheiro e de mercadoria, apesar de não produzirem mais-valia, são formas necessárias a sua produção, não sendo possível suprimi-las. Mas os recursos empregados nessas formas podem ser reduzidos por meio da especialização de parcelas do capital no comércio de mercadorias e no comércio de dinheiro, passando inclusive a pertencer a capitalistas separados.

As leis gerais de funcionamento do capital levam ao processo de autonomização das formas funcionais, que tem pelo menos duas grandes vantagens. A primeira é a liberação de capital do processo produtivo: os vários capitais-mercadoria e capitais-dinheiro, que atuavam junto com os diversos capitais produtivos, se separam deles e se concentram em capitais maiores, reduzindo custos de escritório e tesouraria, além de empregar funcionários especializados em cada função. A segunda vantagem é a elevação da taxa anual de mais-valia, decorrente da elevação da velocidade de rotação do capital, que por sua vez ocorre por dois motivos: i) o capital produtivo se defronta com um número muito menor de compradores (que agora são os capitalistas que encarnam o capital de comércio de mercadorias), fazendo com que a venda da mercadoria se realize mais rapidamente do ponto de vista do capital produtivo; e ii) com a forma capital de comércio de dinheiro os vários caixas dos capitalistas industriais se centralizam em algumas instituições de intermediação, possibilitando a redução dos procedimentos de pagamento e recebimento entre capitalistas.

Esse processo de autonomização tem determinações novas para a mistificação. Como o capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro se especializam e funcionam como capitais autônomos, separados do processo produtivo, eles requerem um lucro para funcionar. E como demonstrado nas Seções I e II do Livro III, o lucro não é fruto da mais-valia produzida por determinado capital, mas uma cota da mais-valia global produzida, fazendo com que o capital comercial, mesmo não produzindo diretamente mais-valia, entre no rateio: apesar de não ser produtivo ele também é capital, e enquanto tal tem direito a um lucro proporcional ao seu tamanho. É o *lucro comercial*, uma cota da mais-valia total produzida. Esse processo leva a uma nova dimensão da mistificação: o lucro se afasta ainda mais do processo imediato de produção, sendo atribuído cada vez mais a características ocultas do próprio capital.

Mas esse processo de autonomização cria ainda novas determinações, levando a novas dimensões do processo de mistificação. É dessas consequências do processo de autonomização que trataremos a seguir.

4.4 Seção V do Livro III: Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros

Nesse momento da análise já existe uma taxa média de lucro, isto é, ao capital já é atribuído um rendimento de acordo com a sua grandeza, independentemente da atividade na qual ele está empregado (produtiva ou improdutiva). Além disso, já existe o capital de comércio de dinheiro, capital-dinheiro autonomizado. Dada essa base, já se abre a possibilidade de a dinâmica auto-expansiva do capital, que leva a uma mercantilização crescente da riqueza, transformar o próprio capital em mercadoria.

Dinheiro [...] pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. [...] Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria [...]. O capital enquanto capital se torna mercadoria. (Marx, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 255)

Quando o próprio capital vira mercadoria há a separação entre *capital propriedade*, aquele que é emprestado mediante recebimento de juros, e *capital função*, aquele diretamente empregado no processo produtivo. O capital propriedade é o *capital portador de juros*, que recebe uma remuneração pelo simples fato de ser capital.

No capital portador de juros toda a mediação entre adiantamento do capital e a realização da mais-valia produzida fica apagada: desaparecem o processo de compra e venda de mercadorias e a passagem pelo processo produtivo. Surge o D – D', capital como dinheiro que se valoriza, *capital consigo mesmo*. De acordo com Marx, “a determinação social antagônica da riqueza material – seu antagonismo ao trabalho enquanto trabalho assalariado – já está, independentemente do processo de produção, expressa na propriedade de capital enquanto tal. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 267)” Com a separação entre capital função e capital propriedade, a mais-valia se divide em duas remunerações distintas: *ganho empresarial*, atribuído ao capitalista funcionante, e *juro*, atribuído ao capitalista proprietário. O lucro, que no processo imediato de produção apresenta relações com a exploração do trabalho direto já muito atenuadas com a aparência do preço de custo e com a formação do lucro médio, se distancia ainda mais de sua origem com o aparecimento do ganho empresarial: como é atribuído ao capitalista em função, o ganho empresarial chega a se confundir com uma remuneração de gerência, aparecendo quase como salário. Afinal, se o capitalista em função não incorresse na atividade de empregar capital, com todos os riscos que ela envolve, não obteria esse ganho⁸. Enquanto isso o juro, a outra parte da mais-valia, aparece como fruto direto do capital, como natural dele. Nessa forma a mistificação da origem da

⁸ Aqui entra um fator importante, que Carcanholo (2003) chamou de “sagacidade do empresário”. No capítulo 2 do Livro III, Tomo II (MARX, 1984), em trecho também citado por Carcanholo, diz Marx: “[...] para o capitalista individual, a mais-valia realizada por ele mesmo depende tanto da luta recíproca por vantagens quanto da exploração direta do trabalho (p. 34).” O lucro empresarial depende diretamente da atividade do capitalista, entre as quais encontra-se a sua atuação no processo de circulação, isto é, na compra de meios de produção e na venda das suas mercadorias (citando o caso do capital produtivo). Quanto maior a sua “sagacidade”, quanto maior o seu trabalho, maior tende a ser o seu ganho.

mais-valia atinge o grau máximo, pois nela a relação com o processo de exploração do trabalho está totalmente apagada: a mais-valia aparece como fruto de uma coisa, capital, e não de uma relação social. É o desenvolvimento máximo do fetichismo: o capital é uma coisa não só que se expande, mas que se expande por si mesma, por um processo próprio dele, sem ligação com nenhuma relação social. Essa relação emana de uma coisa e, portanto, é *reificada* e, desse modo, vista como *natural*. É, em outras palavras, *mistificada*.

A partir da constituição do capital portador de juros apresenta-se um processo de mistificação crescente da realidade, pois a partir dessa forma emergem ainda novas formas. Quando a forma juro se dissemina, todo capital passa a ter a capacidade de prover juros. E, também o oposto começa a aparecer como verdadeiro: todo rendimento parece provir de um capital, ser juro de um capital. Quando a mercantilização atinge os fluxos de riqueza, como o salário por exemplo, permitindo que sejam transacionados o direito de apropriação de rendas futuras, surge o *capital fictício*: algo que não é capital mas funciona como capital.

Aqui não trataremos do capital fictício em maior detalhe⁹. O que podemos dizer é que a partir da exacerbação da lógica do capital portador de juros abre-se o caminho para um processo de mistificação crescente do processo de produção de riqueza: do capital portador de juros emerge o capital fictício; essa lógica se amplia, gerando formas de capital fictício que não possui nem mesmo um fluxo de rendimento como base, mas sim outro capital fictício. Alguns apontam inclusive o surgimento de *lucros fictícios*, fruto do processo de exacerbação da lógica do capital fictício¹⁰. O que apontamos é que na forma do capital portador de juros a apropriação já se autonomizou da produção, mas com a exacerbação da lógica do capital fictício a distância entre produção e apropriação tende a crescer ainda mais por determinados períodos de tempo¹¹.

4.5 O fecho lógico de *O Capital* e a mistificação da origem da riqueza: a seção sobre Os rendimentos e suas fontes

A Seção VII do Livro III é o fecho lógico de *O Capital*. Os procedimentos de abstração adotados nos Livros I e II deram a base para a compreensão da totalidade do processo, possibilitando a análise das categorias aparentiais realizada no Livro III. Esses fenômenos parciais não possibilitam ver qual a origem da riqueza no modo de produção capitalista, que aparece sob as formas de salário, renda da terra, juro, ganho empresarial. Dados os vários processos sociais de mediação entre a produção e a apropriação da riqueza, trabalhados ao longo de *O Capital* e retomados neste trabalho em seus momentos básicos, a origem mesma da riqueza fica dissimulada, ficando visível somente a base para a sua apropriação. Assim, o salário, que é apropriado por meio do trabalho, é visto como tendo origem no próprio trabalho e sendo o seu justo pagamento; a renda, que é apropriada por meio da propriedade privada da terra, é vista como tendo origem na própria terra, em suas capacidades naturais; e o juro, que é apropriado pelo capital propriedade, é visto como sendo fruto do próprio capital.

⁹ O tema do capital fictício aparece de forma mais clara no capítulo 29 do Livro III de *O Capital* (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 9-17).

¹⁰ Sobre lucros fictícios, cf. Carcanholo&Nakatani (1999).

¹¹ Esse distanciamento é por determinados períodos pois é limitado pelas crises, que queimam parte do estoque de capital fictício quando esse atinge grande volume. Sobre o tema das crises do capitalismo em Marx, cf. M. Carcanholo (1997).

Assim, o fecho lógico de *O Capital* é desfazer a aparência de a riqueza ter como origem capital, terra e trabalho, que são na realidade os meios pelos quais a riqueza é apropriada. O objetivo é mostrar que *produção* e *apropriação* são momentos distintos: entre a produção e a apropriação há vários processos sociais de mediação, descritos ao longo de *O Capital*, que fazem com que a apropriação seja o momento imediatamente visível e a produção o momento mediado e oculto na imediatez. E como capital, terra e trabalho são os meios pelos quais a riqueza é apropriada, eles aparecem como a própria fonte da riqueza: na aparência, produção e apropriação se confundem.

Logo no primeiro capítulo da Seção VII (capítulo 48, *A fórmula trinitária*), Marx mostra o absurdo da trindade capital/juros, terra/renda e trabalho/salário. O seu primeiro passo é mostrar que uma riqueza que se apresenta como mercadoria, e como tal deve ter uma substância comum que possibilite a troca, não pode provir de fontes que não tem nada em comum umas com as outras. Ele trata de cada uma dessas fontes em separado, começando pelo capital:

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. [...] Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (Marx, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 269-270)

Em todo o desenvolvimento anterior em *O Capital*, Marx demonstrou que o capital é uma relação social específica, que dá determinada forma aos meios de produção e ao trabalho (que no modo de produção capitalista se apresenta como capital variável), o que faz com que os meios de produção sejam vistos como capital independentemente da relação social à qual está submetido. O fato de os meios de produção, sob a forma de capital, serem um elemento necessário ao processo produtivo, faz com que parte da riqueza produzida apareça como sendo fruto de sua própria constituição como capital.

Em seguida, trata da terra:

E, agora, ao lado disso, a terra, a natureza inorgânica enquanto tal, *rudis indigestaque moles*, em todo o seu primitivismo selvático. Valor é trabalho. Mais-valia não pode ser, por isso, terra. Absoluta fertilidade do solo faz apenas com que certo quantum de trabalho dê certo produto, dependendo da fertilidade natural do solo. A diferença na fertilidade do solo faz com que as mesmas quantidades de trabalho e capital, portanto o mesmo valor, se expressem em diferentes quantidades de produtos agrícolas e que, portanto, esses produtos tenham diferentes valores individuais. A equalização desses valores individuais até serem valores de mercado faz com que as vantagens do solo fértil sobre o inferior [...] sejam transferidas do lavrador ou do consumidor para o proprietário de terras. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

A terra, que está presente em qualquer sociedade, no modo de produção capitalista aparece como tendo a capacidade de criar não só valores-de-uso, mas também valor. Estando apagada a origem da riqueza, a terra, por ser fonte de rendimento, aparece como sendo a própria produtora desse rendimento: ela é um elemento necessário no processo de produção e seus diferenciais de fertilidade proporcionam um diferencial de renda a apropriar. Assim, um elemento natural, pertencente a qualquer forma de produção em qualquer tempo e lugar, aparece como produtor de valor, forma específica de riqueza. De suas características naturais parece emanar riqueza sob a forma mercantil.

Por último, o trabalho:

E, por fim como terceiro elemento nessa união, um mero fantasma: “o” trabalho, que não é nada mais que uma abstração e, considerado em si, nem sequer existe ou, se consideramos o que se pretende dizer, a atividade produtiva do ser humano genericamente, mediante a qual ele intermedeia o metabolismo com a natureza, despojada não só de toda forma social e de toda determinação social do caráter, mas mesmo em sua mera existência natural, independente da sociedade, desligada de todas as sociedades e como exteriorização e afirmação da vida comuns ao homem, que ainda não é, no entanto, social e ao homem socialmente determinado de algum modo. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

Desse modo, o trabalho aparece completamente abstrato, como algo para além da sociedade: o trabalho é visto como atividade que cria valor, para além de qualquer forma social de produção. Ele não é trabalho sob condições específicas, é “o” trabalho, forma indiferenciada que não possibilita compreender nem o modo de produção capitalista nem as formas anteriores de reprodução social.

Assim, três coisas completamente distintas aparecem produzindo a mesma substância: valor. O valor advém da terra (natureza), do trabalho (atividade humana) e do capital (relação social consubstanciada em meios de produção). O fato de serem meios de apropriação faz com que, imediatamente, sejam identificadas como a própria fonte do valor. A respeito da ilusão de que o valor se origina de seus próprios componentes, comenta Marx:

[...] os diferentes componentes do valor da mercadoria obtêm formas autônomas nos rendimentos e como tais são referidos não ao valor da mercadoria como sua fonte, mas aos elementos materiais particulares de produção como suas fontes. Estão realmente relacionados com eles, mas não como componentes do valor, mas como rendimentos, como esses componentes de valor que recaem nessas categorias determinadas de agentes da produção: o trabalhador, o capitalista, o proprietário da terra. (ibid, Livro III, tomo II, p. 290)

Como buscamos mostrar na discussão das seções anteriores do Livro III, há um processo de mediação entre produção e apropriação, inerente à relação-capital, que faz com que a mais-valia não remeta diretamente à sua fonte, o processo de produção, mas ao próprio capital. Em suma, relações sociais capitalistas geram mecanismos de mediação entre produção e apropriação, fazendo desaparecer o trabalho como fonte da riqueza e deixando aparente apenas o meio pelo qual a riqueza é apropriada. Por esse processo, a riqueza é *reificada*, aparece como advinda das próprias coisas. A riqueza, em síntese, tem sua origem *mistificada*.

Considerações finais

O que buscamos sustentar nesse artigo foi que o fundamento último da mistificação, processo descrito em maior detalhe na última seção do Livro III, está no começo do Livro I, na contradição entre valor e valor-de-uso. O fetichismo da mercadoria, decorrente dessa contradição, mistifica a realidade ao tornar relações sociais historicamente específicas em propriedades naturais das coisas.

Como “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente¹²”, o que Marx faz é buscar qual o fundamento da não

¹² MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 271.

coincidência entre essência e aparência no modo de produção capitalista para, então, esboçar o método adequado para dar uma explicação adequada das categorias econômicas essenciais e das leis gerais de funcionamento do capitalismo. É por isso que, apesar de discutida de modo mais explícito basicamente nos primeiros capítulos de *O Capital*, a contradição entre valor e valor-de-uso na verdade perpassa a reflexão de toda a obra. Podemos dizer, numa frase, que *O Capital* tem por objetivo principal desvelar a mistificação na qual está envolto o modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

BHASKAR, R. (1998) Societies. In: *Critical Realism: essential readings*. London and New York: Routledge, pp. 206-257.

CARCANHOLO, M. (1997) Formas, Conteúdo e Causa: uma proposta de interpretação marxista para o fenômeno crise. *Leituras de Economia Política*, Campinas, IE-UNICAMP, n. 5, dez. de 1997.

CARCANHOLO, R. NAKATANI, P. (1999) O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 264-304, jun. de 1999.

CARCANHOLO, R. (2003) Sobre a ilusória origem da mais-valia. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 16, p. 76-95.

LUKÁCS, G. (1979). *Ontologia do Ser Social – Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH.

MARX, K. (2003) *O Capital*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Civilização Brasileira.

MARX, K. (1984) *O Capital*. Livro II. São Paulo: Abril Cultural.

_____. (1984b) *O Capital*. Livro III, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.

_____. (1985) *O Capital*. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural.